



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

DAYANE NASCIMENTO SOBREIRA

**A CONSTRUÇÃO DE UM FEMINISMO RURAL NA PARAÍBA:
conexões contemporâneas**

**JOÃO PESSOA-PB
DEZEMBRO DE 2017**

DAYANE NASCIMENTO SOBREIRA

**A CONSTRUÇÃO DE UM FEMINISMO RURAL NA PARAÍBA:
conexões contemporâneas**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educação do Campo da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Romão de Souza Ferreira

**JOÃO PESSOA-PB
DEZEMBRO DE 2017**

S677c Sobreira, Dayane Nascimento.

A construção de um feminismo rural na Paraíba: conexões contemporâneas /
Dayane Nascimento Sobreira. – João Pessoa: UFPB, 2017.

45f. : il.

Orientadora: Ana Paula Romão de Souza Ferreira

Trabalho de Conclusão de Curso (especialização em Educação do Campo) –
Universidade Federal da Paraíba/Centro de Educação

1. Feminismo - Paraíba. 2. Mulheres. 3. Agroecologia. I. Título.

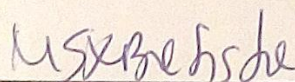
UFPB/CE/BS

CDU: 37-055.2(043.2)

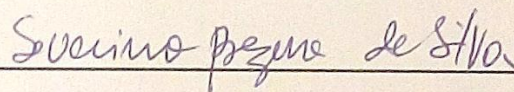
**A CONSTRUÇÃO DE UM FEMINISMO RURAL NA PARAÍBA:
conexões contemporâneas**

Aprovada em: 18/12/2017

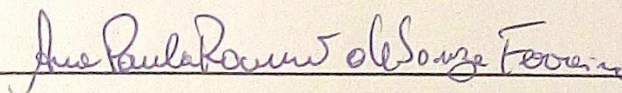
BANCA EXAMINADORA



Dra. Maria do Socorro Xavier Batista
(Avaliadora Interna / PPGE-CE-UFPB)



Dr. Severino Bezerra da Silva
(Avaliador Externo / PPGE-CE-UFPB)



Dra. Ana Paula Romão de Souza Ferreira
(Orientadora / MPPGAV-CE-UFPB)

A meus pais, pelo incentivo e cuidado cotidiano,

Dedico

AGRADECIMENTOS

Primeiro a Deus pelo dom da vida, pelo ar que Ele nos concede e que nos permite viver.

Às amizades construídas nesse período de um ano de curso e que permitiram muitas trocas de experiências, diálogos na hora dos almoços e cafés, sempre dotados de muita irmandade e vontade comum de transformação. Em especial à Beth, Vilma, Lívia, amigas que incentivam e torcem verdadeiramente pelo outro. Nossas viagens para a capital João Pessoa foram inesquecíveis! Nossas conversas sérias e descontraídas, as *selfies* semanais pelos espaços da UFPB. Aprendi muito com vocês e sei que absorvi o máximo de nosso convívio comum. Obrigada pelo apoio, pelos galhos que vocês me quebraram (*Risos*), pelas taças de vinhos, pelas pizzas. Minha meta ainda é aprender a fazer o pavê de banana que Lívia faz. A Ronaldo, figura folclórica de nossa turma, inteligente, pé no chão e *master-chef*... Nosso cacique. Sou uma admiradora de você Ronaldo, por sua história de vida, sua luta e visão sob o mundo e seus sujeitos. A José Helvandy, pelo bom dia alegre e educação incomparável, que vinha lá de Píripituba sempre com uma tapioca, beijú bem feito ou uma fruta da época para nos oferecer. A Danielle, Socorro, Mara, Aleandra, Cacilda, Valkilene, Patrícia, Drielle, pelo respeito, pelas reflexões e questionamentos. À turma pioneira desse curso de especialização, porquanto.

Aos professores do Departamento de Educação do Campo na pessoa da professora Francisca Alexandre, nossa guia nesse caminho, sertaneja sempre disposta a resolver nossas pendências burocráticas e problemas que por ora surgiam. Ao professor Jonas Duarte, trezeano nato, pela instigação de debates extremamente críticos e contundentes acerca de nossa realidade e história. Por último e não menos importante, ao professor Mariano Castro, que com sua disciplina e olhar ponderado possibilitou discussões viscerais sobre nosso papel enquanto educadores compromissados com um tempo e com a transformação.

À banca leitora desse texto: professora Socorro Xavier, pelos ensinamentos e por ter nos possibilitado refletir sobre fundamentos e práticas da Educação do Campo; e ao professor Severino Bezerra, pela compreensão e contribuições no Seminário de Alternância II, ambos docentes defensores das causas sociais e de uma educação do e no campo e de seus protagonistas.

À minha orientadora Ana Paula Romão, que me recebeu com muito carinho e me acompanha nesse processo de aprofundamento na minha temática de pesquisa. É um prazer estar sendo orientada por ela que tem estudos importantes sobre a atuação das mulheres do Brejo paraibano e do sindicalismo rural de Margarida Maria Alves.

Às entrevistadas nessa pesquisa: Leidinha, Graça e Dona Célia, mulheres guerreiras e dispostas a ajudar, amigas que tive contato quando de minha aproximação com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Sebastião de Lagoa de Roça/PB. Sem vocês esse trabalho não teria sido possível.

À minha tia Neide, grande incentivadora dos meus estudos, pelo apoio constante e suporte quando de minha estadia na cidade da Parahyba. Também minha prima Maria, florzinha do meu bosque, confidente e parceira.

A meus avós Odete e Valdomiro, meus conselheiros e grandes incentivadores.

A meus pais Clodoaldo e Sônia, a quem dedico este trabalho, por acreditarem e terem me possibilitado seguir nos estudos mesmo quando o financeiro nos colocava escolhas. Para mim, eles são o maior exemplo da renúncia em prol da felicidade e sucesso dos filhos. Também meus irmãos Danielle, Daniel e Diana.

À Kelli Freitas, com quem compartilho uma vida, por todo apoio emocional e companheirismo.

Às minhas amigas do coração e da época do mestrado, Nadja, Maria Medeiros e Carlinha. Três queridas que tenho um apreço imenso e guardo no coração. Apesar das distâncias geográficas que nos separam, a nossa amizade prova que não é necessário estar junto para estar perto.

Não foram poucas as (des)construções que passei nesse curto período de um ano, algumas dificuldades de continuar no curso, reorganização de antigas certezas, os rebuliços teóricos, o olhar para a própria educação, mudança para outro estado já agora na reta final. Findo esse ano com mais maturidade para encarar os desafios da vida e os que porventura surjam na minha trajetória docente. Considero que entrei no curso pesquisadora e saí pesquisadora e docente. A educação do campo me possibilitou reflexões ímpares, foi um intenso processo de construção de conhecimento.

E esses deslocamentos refletiram também na tessitura desse texto, que começou a ser escrito na Paraíba e terminou na Bahia. Desde outubro do presente ano estou como professora substituta na UFSB, do campus Sosígenes Costa, em Porto Seguro. De onde escrevo.

RESUMO

Essa monografia de final de Curso resulta de pesquisas sobre a história do movimento feminista na Paraíba e militância no movimento de mulheres do mesmo estado. Partimos da premissa de que as mulheres têm feito uma verdadeira revolução nos campos, nos núcleos familiares e na própria organização do feminismo enquanto movimento. A inquietação norteadora indaga sobre como se constitui o movimento recente de mulheres do Polo da Borborema. E, se é possível afirmar que existe um feminismo rural no estado. Para tanto, essa pesquisa objetiva tecer considerações acerca das experiências das mulheres do território da Borborema no intento de destacar a construção de um feminismo que parte do campo na Paraíba e que tem raízes históricas nas lutas de ícones como Margarida Maria Alves, cuja coragem também inspirou a realização nacional da Marcha das Margaridas. Nossa leitura está respaldada na própria inserção como participante do movimento, na realização de entrevistas com algumas militantes e nos estudos de Siliprandi (2015), Paulilo (1987; 2016) e outras pesquisadoras que têm contribuído com a fiação das histórias dos feminismos contemporâneos no Brasil. A metodologia foi do tipo qualitativa com aportes bibliográficos e de campo e as categorias empíricas foram elencadas a partir de duas fontes: entrevistas e observações *in loco*. A sistematização das entrevistas está pautada no método da história oral, enquanto técnica e aporte da Nova História Cultural, com análise descritiva dos dados. Partindo de diferentes espaços de mobilização e luta no campo, formulou-se a clássica expressão de que sem feminismo não há agroecologia, premissa que é levada às últimas consequências pelas mulheres do Polo da Borborema, que se organizam em torno da realização das marchas pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia, no interior da Paraíba. Herdeiras da líder sindicalista Margarida Maria Alves, militantes contra o patriarcado, a violência e as desiguais relações de gênero e trabalho no campo, essas mulheres marcham, transformam o mundo e se transformam.

PALAVRAS-CHAVE: Feminismo na Paraíba; Mulheres; Agroecologia.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AS-PTA: Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa.

CIM: Centro de Informação da Mulher.

CUT: Central Única dos Trabalhadores.

ONG: Organização Não Governamental.

PDT: Partido Democrático Trabalhista.

MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário.

MMTR: Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais.

NDHIR: Núcleo de Documentação Histórica Regional.

UFPB: Universidade Federal da Paraíba.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa com grupos feministas da Paraíba (década de 1980).

Figura 2: Militantes do Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo em oficina dentro do 1º Seminário de Direitos Sexuais e Reprodutivos, coordenado pela ONG Cunhã Coletivo Feminista (1992).

Figura 3: Territórios rurais do estado da Paraíba, com destaque para a Borborema.

Figura 4: Uma estética do movimento. Mulheres na VIII edição da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia (2017).

Figura 5: Leidinha do Sindicato e Dona Célia na VII Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia (2016), realizada no município de Areial/PB.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. FEMINISMO: DEFINIÇÕES E UM BREVE HISTÓRICO	17
2.1. O FEMINISMO E SUAS VERTENTES	17
2.2. A CONSTRUÇÃO DO FEMINISMO PÓS-LUTA ARMADA NO BRASIL	18
3. A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES CAMPONESAS NA PARAÍBA E O SINDICALISMO DO POLO DA BORBOREMA	21
3.1. UMA TRAJETÓRIA DE LUTAS	21
3.2. DIÁLOGOS FEMINISTAS	23
3.3. PANORAMAS CONTEMPORÂNEOS	26
3.3.1. O SINDICALISMO RURAL DO POLO DA BORBOREMA	27
4. PELA VIDA DAS MULHERES E PELA AGROECOLOGIA: O FEMINISMO RURAL DA PARAÍBA	29
4.1. MULHERES E AGROECOLOGIA	30
4.2. MARGARIDAS EM MARCHA	31
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS	39
FONTES CONSULTADAS	42
APÊNDICE – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS	43
ANEXOS	44

1. INTRODUÇÃO

Essa pesquisa se processou a partir de encontros com o movimento feminista e agroecológico iniciados desde o ano de 2014 e de minhas raízes rurais. Já em 2014 pesquisei a história e memória do movimento feminista na cidade de Campina Grande/PB, quando também intensifiquei a participação nas atividades desse movimento na Paraíba. No ano de 2015 iniciei uma pesquisa junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UFPB sobre a trajetória da ONG Cunhã Coletivo Feminista e em linhas gerais sobre a trajetória do movimento feminista no estado. Tal pesquisa, finalizada no primeiro semestre de 2017 mostrou-me conexões amplas entre o feminismo nascente e a luta de mulheres camponesas, algumas anônimas, outras conhecidas e destacadas pela historiografia da área a exemplo de Margarida Maria Alves, Penha Nascimento, Soledade Leite e outras. O feminismo paraibano nasceu nesse cerne, amplamente conectado às pautas das mulheres das periferias urbanas e do interior, a partir de uma tênue linha que dividia o que era movimento de mulheres e feminismo.

Nesse ínterim, nascida e criada na zona rural do município de São Sebastião de Lagoa de Roça/PB, encontrei-me com o Polo da Borborema – rede de sindicatos rurais, associações e organizações de base agroecológica, assessorada pela ONG AS-PTA – a partir das atividades das comissões de gênero e juventude da instituição. Passei a dialogar com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do meu município e a participar das atividades dessas comissões, que incluíram as últimas edições da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia e formações com a juventude camponesa do território.

Esses afetos e constructos somados mostraram um novo caminho de pesquisa inseparável de minha *práxis* cotidiana, dos estudos realizados até aqui e de meus posicionamentos políticos. A partir da Educação do Campo, desses encontros, do estudo do tratamento periférico e histórico dado ao rural e seus sujeitos no Brasil e de meus interesses pessoais, comecei a ruminar desde o início do presente ano: Por que não estudar o feminismo pungente das mulheres rurais na Paraíba? **Pensando como se constitui o movimento recente de mulheres do Polo da Borborema e do histórico de lutas de mulheres camponesas, é possível afirmar que existe um feminismo rural no estado?**

A Paraíba é um celeiro importante de lutas de homens e mulheres do campo, basta lembrar das Ligas Camponesas, do conflito de Alagamar, do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Brejo. No que tange ao feminismo, emerge no estado intrinsecamente ligado a essas lutas. Os primeiros grupos, a saber: o Grupo Feminista Maria Mulher (1979) e o Grupo de Mulheres de Campina Grande (1982), prestaram assessoria direta a esses movimentos e posteriormente, grupos que surgiram como desdobramento

dos pioneiros deram amplo respaldo à reestruturação do MMTR/PB após o fatídico acidente que vitimou a sindicalista Penha Nascimento e a socióloga feminista Beth Lobo no ano de 1991. A Cunhã Coletivo Feminista, por exemplo, fundada em 1990, teve no brejo paraibano o seu primeiro *lócus* de atuação. O feminismo paraibano nasceu assim, conexo às lutas das mulheres camponesas, relação que se estende até a contemporaneidade. Nos anos 2000, a própria Cunhã Coletivo Feminista em parceria com o Centro da Mulher 8 de Março e o Projeto Dom Helder Câmara adentraram o território do cariri paraibano para diagnosticar a realidade de mulheres assentadas da reforma agrária, tarefa que desembocou em um trabalho com grupos produtivos e organizativos de mulheres em voga até os dias atuais.

Dessa relação histórica e intrínseca, acreditamos ser possível pensar em um feminismo rural elaborado no estado da Paraíba. Para isso, nos deteremos a estudar o movimento da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia, realizada desde o ano de 2010 no território da Borborema¹ quando contou com um público inicial de 900 mulheres.

Pesquisadora, mas também protagonista do que me proponho estudar, acredito na necessidade de manter um vínculo próximo com meu objeto de estudo, rejeitando posições que buscam a neutralidade do fazer científico em ciências humanas. Essa mesma ligação foi o que reverberou na escolha do tema e dos recortes elaborados.

Resultado do trabalho da comissão de gênero do Polo da Borborema e do protagonismo de agricultoras-experimentadoras do território, a Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia se realiza anualmente no dia internacional da mulher, 08 de março, em um dos 14 municípios que integram a rede. A edição 2017 contou com aproximadamente 5 mil mulheres reunidas na cidade de Alagoa Nova/PB. A edição 2018 será realizada no município de São Sebastião de Lagoa de Roça/PB. Evento que é o estopim de formações, encontros e reuniões realizadas no decorrer de cada ano, a marcha vem ganhando projeção nacional estando para o que é a Marcha das Margaridas em âmbito nacional. Como nos fala Freire (2015), a marcha tem se tornado um importante momento de denúncia e de grande visibilidade pública das desigualdades de gênero no campo.

Assim, visamos elucidar a marcha e o movimento das mulheres do Polo como elementos importantes para a construção de um feminismo rural na Paraíba. Com um pé na história, veremos que a conexão feminismo/movimento de mulheres rurais tem uma relação intrínseca. Nossa intenção é, portanto, apontar a consolidação desse movimento maior nos caminhos da contemporaneidade, em um cenário diverso, de implosão de traços e

¹ Localizado na mesorregião do Agreste paraibano, o território da Borborema ocupa cerca de 23,1% da extensão do Estado. Seu principal centro urbano é o município de Campina Grande, que polariza toda a região. Dentro da ideia de desenvolvimento territorial do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e assessorado pela ONG AS-PTA, o Polo foi responsável por reestruturar o movimento sindical no agreste da Paraíba, incentivando o protagonismo de homens, mulheres e jovens por meio de seu trabalho nas comissões temáticas, denunciando as desigualdades e levantando bandeiras como a da educação contextualizada no campo (SILVEIRA et al, 2007).

arrancadas conversadoras em nível nacional e internacional, mas que abrem em nós a esperança por dias melhores e pelo não esmorecimento na luta, que é constante e diária.

Em linhas gerais, nos propomos compreender a constituição de um feminismo rural na Paraíba a partir do movimento de mulheres do Polo da Borborema, representado pela realização anual da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia. Entendendo para isso, a emergência do movimento feminista no Brasil e na Paraíba, destacando seu diálogo com a agroecologia e seu viés rural, elucidando a importância da Marcha das Margaridas para a consolidação de um feminismo rural em nível nacional e da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia em nível local e entendendo a importância das marchas acima citadas na vida de algumas mulheres do município de São Sebastião de Lagoa de Roça/PB.

Nossos caminhos teóricos e metodológicos se situam dentro do campo da chamada Nova História Cultural que possibilitou o trabalho com diferentes abordagens e sujeitos em história. De mulheres, estas que durante muitos verões estiveram ausentes da escrita da história (SWAIN, 2013; WOOLF, 1990). Mulheres que se organizam, militam e resistem. Nesse sentido, objetivamos destacar o protagonismo de mulheres paraibanas, trazendo à tona a construção de um feminismo que parte do campo no estado. Em relação direta com um projeto de agroecologia, esse feminismo tem raízes históricas que nos remete ao sindicalismo de mulheres como Margarida Maria Alves, ao trabalho do MMTR/PB e ao feminismo institucionalizado que se construiu entre as décadas de 1980 e 1990 e que se pulverizou nos anos 2000.

Como argumenta Siliprandi (2015), a aproximação com os ideários feministas geraram mudanças profundas nos movimentos de mulheres camponesas, cujas pautas giravam em torno do acesso das mulheres a terra, do reconhecimento da profissão de trabalhadora rural, da garantia de direitos sociais, sindicais e previdenciários e questões relacionadas ao atendimento específico à saúde. Mudanças que trouxeram um panorama diverso:

A organização de mulheres rurais tem se dado não apenas nos sindicatos e nos movimentos sociais, mas também em associações e grupos de produção, que desenvolveram experiências produtivas alternativas no nível das propriedades; na criação de centros de formação, para prestação de assessoria técnica e organizativa; na formação de espaços de comercialização, cooperativas, associações. Todos esses grupos vêm se somando aos distintos movimentos para pressionar os governos pela adequação das políticas públicas às propostas das mulheres, ao mesmo tempo em que reafirmam para o conjunto da sociedade a sua especificidade

como mulheres, trabalhadoras rurais e produtoras agrícolas (SILIPRANDI, 2015, p. 134).

Dessa forma, partindo de diferentes espaços de mobilização e luta no campo, formulou-se a clássica expressão de que sem feminismo não há agroecologia, premissa que é levada às últimas consequências pelas mulheres do Polo da Borborema, que se organizam em torno da realização das marchas pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia, na Paraíba. Contra o patriarcado, a violência e as desiguais relações de gênero e trabalho no campo, essas mulheres marcham, transformam o mundo e se transformam, conforme relatos como o de Ligória, agricultora do município de Esperança/PB².

Paulilo (2016), ressalta que não devemos falar de feminismo, mas de feminismos. Essa perspectiva redimensiona nosso olhar para as lutas históricas, localizadas historicamente e que partiam de mulheres burguesas, brancas e escolarizadas. No despontar de novas ebulições e arranjos sociais, temos uma multiplicidade de vozes que ecoam do rural ao urbano, da periferia aos grandes centros; vozes que reconfiguram categorias, protagonismos e esquecimentos da e na história. Questões que revelam tensões e ausências dentro dos próprios movimentos. Acerca do feminismo rural, a autora cita:

Também esses movimentos têm trazido à tona, novamente, questões de classe, do caráter oligopolista dos mercados, questões de pobreza, de miséria mesmo, da fome no mundo que ficaram um pouco perdidas entre algumas correntes mais abstratas do feminismo. Também a luta das agricultoras tem sido uma luta muito colada às suas práticas cotidianas, está inserida em se “mundo da vida” e, talvez por isso, nem sempre os conceitos que foram cunhados ao longo de muitas décadas de hegemonia dos feminismos urbanos conseguem dar conta de explicar o alcance e o sentido de suas metas e conquistas (PAULILO, 2016, p. 312).

Assim, é de se considerar que as mulheres têm feito uma verdadeira revolução nos campos, nos núcleos familiares e na própria organização do feminismo enquanto movimento. São muitas as margaridas, mulheres que têm mostrado com suas ações “que é possível resistir, denunciar, organizar-se, construindo-se como sujeitos políticos que, a partir de suas múltiplas identidades, não se conformam com o destino ‘injusto e amargo’ reservado a elas no patriarcado” (SILIPRANDI, 2015, p. 338).

Nossos caminhos metodológicos iniciaram pela história oral temática quando entrevistamos três mulheres residentes no município de São Sebastião de Lagoa de Roça/PB (um dos municípios que integram o Polo) que participaram das últimas edições da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia. Também participaram das últimas

² Cf. Vídeo relato/sistematização da 7ª Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia.

edições da Marcha das Margaridas. Dessas mulheres, **Rosileide Gomes** é tesoureira do STR do município; **Graça Santos** é articuladora local da comunidade do Sítio Manguape e ex-presidente do núcleo de integração rural dessa localidade; **Célia Souza de Assis** é moradora do Sítio Tanques e participa todos os anos da marcha junto com sua filha e neta, de reuniões e atividades do Polo.

As entrevistas giraram em torno da história de vida dessas mulheres, de sua participação nas marchas e contato com o feminismo. Outros materiais que deram respaldo para nosso estudo foram vídeos e relatos-sistematização encontrados no canal da AS-PTA no Youtube. Também fotos de meu acervo pessoal das marchas dos últimos três anos. Destaco mais uma vez que estive imersa no que me propus pesquisar, tendo em vista minha participação nesses processos e também proximidade com as mulheres. Não adentrei um ambiente desconhecido, portanto, mas um lócus muito próximo das minhas crenças, motivações pessoais e afetos.

Nesse sentido, no **capítulo 1** discorremos sobre a introdução e apresentamos a motivação e relevância do estudo, a delimitação, problemática, objetivos, caminhos metodológicos e estruturação da pesquisa. No **capítulo 2** refletiremos sobre definições acerca do feminismo, suas vertentes e emergência no Brasil, principalmente em um contexto de ditadura civil-militar no país que incitou resistências e a organização das mulheres na chamada segunda onda do movimento feminista.

No **capítulo 3** caminharemos pelo histórico de lutas de mulheres no estado da Paraíba, principalmente das mulheres camponesas, debatendo sobre o atual panorama dos movimentos sociais chegando a falar da atuação do Polo Sindical da Borborema.

No **capítulo 4**, traremos as vozes das mulheres entrevistadas e a consolidação de um feminismo do campo na Paraíba a partir da experiência da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia. Por fim, nas considerações finais, buscamos sintetizar os resultados de forma reflexiva. Esperamos dessa forma, contribuir com a historiografia das mulheres no estado, destacando o protagonismo das mulheres rurais na transformação social.

2. FEMINISMO: DEFINIÇÕES E UM BREVE HISTÓRICO

Falar de movimento feminista é remeter a traços históricos longínquos que nos levam aos caminhos das sufragistas, das feministas históricas da segunda onda, à institucionalização do movimento em ONGs e ao *ciberativismo* atual. Como movimento, sempre esteve ligado à pauta da transformação social. No Brasil, segundo coloca Ávila (2001), esteve envolto ao processo de redemocratização. Este que “alia a busca da utopia a uma ação voltada para o presente” (Idem, p. 51).

Crítico de estruturas, confronta-se com o papel estruturante de instituições como a Igreja, o Estado, o próprio sistema capitalista. Como elucidada Vera Soares: “O feminismo é a ação política das mulheres. Engloba teoria, prática, ética e toma as mulheres como sujeitos históricos da transformação de sua própria condição social. Propõe que as mulheres partam para transformar a si mesmas e ao mundo” (SOARES, 1998, p. 33).

A partir da definição de movimento social “como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas” (GOHN, 2011, p. 335), o feminismo mostra-se como movimento e filosofia de vida, pois não se limita à dimensão organizativa, mas também atravessa subjetividades.

2.1. O feminismo e suas vertentes

Múltiplo em sua origem e consolidação, o feminismo respalda-se em distintas posições e visões. Como nos fala Margaret McLaren (2016), o feminismo liberal tem seu foco na igualdade, cujo olhar passa por noções como autonomia, paridade e liberdade. Já o feminismo radical pauta-se nas diferenças biológicas entre homens e mulheres e focam em questões como o corpo, sexualidade, violência contra a mulher. Segundo a autora, as feministas radicais enfatizam a importância da linguagem, pois acreditam que a linguagem não só representa a realidade como também a cria. Para o feminismo radical, a dominação sistemática do homem é a principal característica da organização social.

Para o feminismo marxista, o capitalismo é estrutura determinante na opressão da mulher, cuja categoria seria a de “classe sexual”. Já as feministas socialistas privilegiam, segundo McLaren, categorias como o sexo e o gênero em detrimento de questões econômicas.

O feminismo multicultural por sua vez, se refere à negligência de raça, etnia e cultura das abordagens anteriores. Envolve a chamada consubstancialidade das relações sociais e aponta para uma abordagem das diferenças. Próximo a essa vertente, o feminismo global

reconhece as realidades históricas fruto do colonialismo e do imperialismo, aposta na abordagem pós-colonial. Já o feminismo pós-moderno levanta questões sobre a função de um conceito de identidade singular, unificado. É o chamado feminismo desconstrutivista.

Tais abordagens elucidam a diversidade de feminismos consolidados ao longo dos anos. Diferentes leituras que se unem na pauta da transformação, do protagonismo das mulheres e das autonomias individuais. Foi esse feminismo plural que angariou adeptos/as no Brasil e que se construiu sob o viés da resistência. No Brasil, ganhou movimento principalmente no período do regime civil-militar, cujo autoritarismo fez minar rebeldias muitas.

2.2. A construção do feminismo pós-luta armada no Brasil

Esse feminismo, marcado por fases ou ondas, consolidou-se no Brasil principalmente após as décadas de 70 e 80 do século XX. Foi a chamada segunda onda, que apresentou reivindicações para além das relativas aos direitos políticos, econômicos e educacionais (PEDRO, 2013) exigidas pelas feministas anteriores. Disso, contudo, o Brasil guardou especificidades provenientes do momento histórico e da conjuntura de ditadura instaurada. A resistência instituída foi também feminina.

A resistência de esquerda à ditadura civil-militar brasileira contou com a participação de mulheres, que participaram de grupos revolucionários, que foram à luta armada e perceberam um machismo arraigado socialmente e também nessas diferentes instâncias de combate à repressão. Vindas de um contexto de fértil visibilidade no mercado de trabalho e no próprio movimento de mulheres nascente, lutaram por liberdades políticas e pelo fim da ditadura.

Conforme nos fala Teles e Leite (2013), a esquerda esperava das mulheres um comportamento masculino, do ideal guerrilheiro masculino que elas tentaram corresponder. Muitas foram também as lutas por anistia política, lideradas por Terezinha Zerbini e que refletiu na criação dos primeiros grupos feministas do país.

Nesse período também, muitas mulheres foram exiladas em países como Chile, França, onde tiveram influências dos movimentos de mulheres desses lugares. Foi grande o fluxo de mulheres que vindas da França influenciaram a criação de grupos feministas e dos chamados grupos de reflexão, espaços de troca de experiências, fraternidade e diálogo.

Como prefacia a historiadora Margareth Rago:

O feminismo que renascia em meados da década de 1970, apontava para outros modos de ação política; questionava a pesada cultura patriarcal; indignava-se com o machismo e a burocracia dos partidos, mesmo os de esquerda, ao mesmo em que mostrava às mulheres, em geral, que podiam

ser outras, escapando a um destino monótono de confinamento na esfera da vida privada. O casamento heterossexual deixava progressivamente de ser o único caminho possível para o “sexo” então considerado “frágil”; o desejo abria outras formas de expressão (RAGO, 2013, p. 12).

Esse feminismo também influenciou a criação de jornais como o *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres* e *Mulherio*, constituindo uma imprensa alternativa feminista. Com poucos recursos, eram muitas as estratégias de circulação desses tabloides. Encontramos registros da circulação de alguns destes na cidade de João Pessoa-PB³. Assim, “as guerrilheiras se transformaram em feministas que faziam jornais, o que deu grande impulso às mobilizações e organizações de mulheres” (TELES; LEITE, 2013, p. 67).

Cynthia Sarti (1998) elenca que o feminismo brasileiro nasceu como consequência da resistência das mulheres à ditadura militar, se expandiu dentro de um panorama de manifestações diversificadas, mas sem perder sua particularidade. Entre as décadas de 1970 e 1980, as mulheres se articularam a outras “minorias”, fazendo emergir várias associações feministas no país. Como diz Rago (Idem), esses grupos mesclavam a participação de ex-militantes e as novas gerações que despertaram para as questões do corpo e da sexualidade. Questões próprias da instância privada vieram a público, implicando na emergência de uma cultura de valorização do feminino e de seus atributos. As lutas contra a opressão às mulheres mesclavam-se, porquanto, às lutas pela redemocratização (COSTA, 2008).

Dessas reverberações, o feminismo encontrou-se com o movimento de mulheres, adentrando diferentes instituições e setores da sociedade civil. Vale ressaltar que o movimento de mulheres não tinha as questões feministas, como a defesa do aborto enquanto bandeira de luta. Lutava-se por melhorias das condições materiais: por creches, por transporte, por habitação. Ainda como sinaliza Margareth Rago, esse encontro foi certamente lucrativo para todas: “Para as feministas, porque passavam a atingir uma rede muito mais ampla de mulheres; para as mulheres pobres da periferia, porque lhes traziam questões que dificilmente seriam enunciadas espontaneamente, como as referentes à moral sexual, ao corpo e à saúde” (RAGO, 2003, p. 09). Sobre essa relação hoje, Silvia Camurça e Carmen Silva (2010) elencam a relação interseccional e retroalimentada, em que: “o movimento de mulheres faz o feminismo, ao mesmo tempo em que é constituído por ele” (p. 15).

³ Em pesquisa anterior, alguns volumes foram mapeados por nós no arquivo do Núcleo de Documentação Histórica e Regional (NDHIR) da UFPB. Respectivamente os números: 00, 09 e 13 do jornal *Brasil Mulher*; número 01 do jornal *Nós, Mulheres*; e números 16, 17, 18, 19 e 21 do jornal *Mulherio*. Além desses, mapeamos volumes de outros jornais de imprensa alternativa como *Em Tempo* e *O Movimento* (que vão contar com feministas em seus quadros após disputas e divergências nos jornais anteriormente citados) além de boletins informativos de grupos de outros estados do país.

A teórica Joana Maria Pedro (2013) argumenta que desenvolvemos um feminismo à brasileira, cujas lutas se dividiram entre as chamadas pautas gerais e as pautas específicas. Entendidas como mais importantes pelos grupos de esquerda, via-se um exercício de cooptação do movimento feminista e de mulheres, então nascente. Achava-se que “derrubar o Estado” era o que de fato importava. Contudo, a presença de mulheres em grupos de esquerda representou uma dupla resistência e influência conjunta, como foi com o movimento de mulheres nacional.

Eis que começaram a pulverizar grupos feministas em diferentes partes do país e de forma concomitante. Schumacher e Brazil (2000) elencam a criação em 1975 do Centro da Mulher Brasileira, primeira organização feminista pós década de 1970 do país. O grupo foi fundado no Rio de Janeiro após debates sobre o papel da mulher na sociedade brasileira. Os grupos logo se multiplicaram em todo o país, estando próximos das organizações de esquerda, mas surgindo como novos movimentos sociais. Em São Paulo foram criados a Associação de Mulheres, depois denominada Sexualidade e Política; o Centro de Informação da Mulher (CIM); a Casa da Mulher de São Paulo; Grupo 8 de Março; SOS Mulher; Rede Mulher de Educação e o Coletivo Feminista de Campinas. No Rio de Janeiro, foram criados o CERES; o Coletivo Feminista; o Mulherando; o Grupo Sexo Finalmente Explícito e posteriormente, o Fórum Feminista do Rio de Janeiro. Em São Luís (MA) Mulheres da Ilha; em João Pessoa (PB) o Maria Mulher; no Recife (PE) a Casa da Mulher do Nordeste, Ação Nordeste e o SOS Corpo. No Rio Grande do Norte o Centro da Mulher Natalense; no Distrito Federal o Brasília Mulher; em Salvador (BA) o Grupo Brasil Mulher; em Goiás (GO) o Eva de Novo; em Minas Gerais o Centro da Defesa dos Direitos da Mulher; no Sul, em Santa Catarina, o Grupo Mulher Catarina; no Rio Grande do Sul, os grupos Liberta e o Costela de Adão.

Na Paraíba, o primeiro grupo surgido foi o Centro da Mulher de João Pessoa, depois Grupo Maria Mulher, fundado em 1979. Também o Grupo de Mulheres de Campina Grande, o Grupo Raízes e o Grupo Sertão Mulher. Esses, constituídos por mulheres em sua maioria escolarizadas e aglutinadas em torno da Universidade Federal da Paraíba e da Universidade Regional do Nordeste que desenvolveram conexão e assessoria com as mulheres trabalhadoras rurais principalmente do Brejo e das periferias das cidades de João Pessoa, Campina Grande e Cajazeiras, como veremos.

3. A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES CAMPONESAS NA PARAÍBA E O SINDICALISMO DO POLO DA BORBOREMA

A Paraíba apresenta um longo histórico de lutas de mulheres. Memória que é cristalizada em figuras como Anayde Beiriz, Margarida Maria Alves, Elizabeth Teixeira e outras. Nesse sentido, neste capítulo visamos elucidar um histórico de lutas de mulheres e diálogos feministas que conexos, formaram e formam o movimento de mulheres no estado. Diálogos que serão intensificados no terceiro capítulo, mas que já se anunciam para nós nesse ponto de nosso fiar.

Como fala-nos Mary Ferreira (2011), boa parte dos estudos sobre a história dos feminismos concentra-se sob a região Sudeste. “Mas e os outros feminismos? Por que permaneceram por tanto tempo invisíveis? Por que no presente ainda não conseguem ser protagonistas de uma nova história?” (Idem, p. 05). Com suas especificidades, os feminismos no Nordeste apresentaram ampla ressonância nos estados de Pernambuco, Bahia, Maranhão e Paraíba. Começaremos a estudar traços históricos e contemporâneos desta história.

3.1. Uma trajetória de lutas

A Paraíba apresenta-se como um celeiro de lutas de camponesas e camponeses críticos das opressões a quem estavam urdidos. É de praxe remetermos ao protagonismo de figuras como João Pedro Teixeira, Elizabeth Teixeira, Margarida Maria Alves e episódios como as Ligas Camponesas, ao conflito de Alagamar e outros, que eternizaram a luta do campo no estado.

As Ligas Camponesas foi um movimento que emergiu no Nordeste do Brasil especialmente na região canavieira de Pernambuco e Paraíba. Encabeçado pelo Partido Comunista ainda no governo autoritário de Getúlio Vargas, o movimento foi abafado e retomado na década de 1950 em Vitória de Santo Antão-PE, inicialmente com o nome de Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco. Sendo muitas as forças de repressão, a liga se institucionalizou em 1955. Segundo a historiadora Socorro Rangel, o clima de efusão de tais movimentos estavam envoltos em medo, mas também em uma esperança propulsora:

Havia os camponeses e as Ligas, havia Julião, havia o Estado e seus planos de desenvolvimento, havia os comunistas, havia os parlamentares da Frente Nacionalista tentando colocar em debate muitas propostas da

reforma agrária, havia os jornalistas e suas contundentes denúncias... Havia medo, muito medo e também esperança (RANGEL, 2000, p. 24).

Assim, confronto, luta e repressão estavam recobertos na busca por melhores condições de vida e de trabalho para os homens do campo. Na Paraíba, a Liga Camponesa de Sapé tomou ampla notoriedade, chegando a agregar 10 mil trabalhadores, tendo se acelerado principalmente após o assassinato de seu líder, João Pedro Teixeira. Assassinado a mando de grupos latifundiários, a morte do líder representou um marco na luta que continuou sob orientação de sua esposa Elizabeth Teixeira, cuja trajetória foi eternizada pelo cineasta Eduardo Coutinho nos filmes *Cabra marcado para morrer* (1984) e *A família de Elizabeth Teixeira* (2014).

Falando do assassinato do marido e da motivação que a conduziu à luta, rememorou:

Quando tomei conhecimento do assassinato do meu esposo João Pedro Teixeira, com 11 filhos, não foi fácil... No momento que tomei conhecimento de que ele estava morto, em Sapé... cheguei lá, ele estava na pedra (...) aquele poço de sangue... Foi quando eu peguei na mão de João Pedro, olhei os olhos dele cheios de terra, da terra que quando ele recebeu os tiros caiu e recebeu a terra nos olhos. Comecei a tirar aquela terra dos olhos dele e disse: 'João Pedro, a partir de hoje, eu dou continuidade à sua luta, para o que der e vier! Não tenho medo também de que eu seja assassinada'. E aí eu continuei a luta de João Pedro para o que desse e viesse' (Depoimento de Elisabeth Teixeira coletado em: VAN HAM et al, apud SILVA, 2008) (*sic*).

Falando das memórias que se fixam na figura de Elizabeth Teixeira, a historiadora Alômia Abrantes da Silva (2008) elucida a fabricação de um ícone transgressor feminino, mas que, contudo, tem sua corporeidade marcada pela falta, caracterizada pela sua viuvez. Para a historiadora, os próprios filmes configuraram tal imagem a partir de seus elementos próprios como a fotografia. Assim, na imagem de Elizabeth "reatualiza-se o discurso da Paraíba guerreira, da luta, do luto, da resistência — mas também da violência, das marcas de impunidade e injustiça social" (SILVA, 2008, p. 110).

Como João Pedro e Elizabeth, Margarida Maria Alves também configurou-se na história como uma representação das lutas no campo. Imagem forte, que como a de Elizabeth, também foi desnaturalizada pela estudiosa. Diz:

Ao me deter nas imagens singulares destas duas referências, Margarida Alves e Elizabeth Teixeira, compreendo que suas intensidades fazem parte do fluxo que mobiliza, que faz circular em espirais, os significados que tornam possível a ambiguidade da "mulher-macho" em outros ângulos, sob outras luzes, compartilhando signos, mas também distanciando-se daqueles que a esquadriham nos espaços mais urbanizados. Estas singularidades, acredito, devem-se, em boa parte, às matrizes literárias regionalistas, que

geram e alimentam as imagens arquetípicas das “guerreiras sertanejas” — mulheres-fruto de uma terra “naturalmente” marcada pelas dificuldades, cujos corpos, como extensões das imagens de virilidade e resistência inscritas no masculino, no “macho”, são capturados e inscritos numa área fronteira, num hiato, num aprendizado de tornar-se um duplo: feminino e masculino (SILVA, 2008, p. 110).

Logo, percebemos que tal como na resistência armada à ditadura, há uma associação direta da mulher transgressora à masculinidade, enviesamento que tem raízes históricas no que tange principalmente às relações de gênero no Nordeste.

Tal como Elizabeth, Margarida Maria Alves deixou sua marca que passou pela luta contra o latifúndio, tendo deixado “o legado da autonomia, da auto-organização e da expressão feminina nas mais diversas frentes de luta das mulheres camponesas” (FERREIRA, 2008, p. 60). Líder sindical, Margarida foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande-PB. Religiosa, acreditava na educação como a melhor arma contra as injustiças. Foi assassinada em 12 de agosto de 1984 a mando de latifundiários ligados ao Grupo da Várzea, o mesmo responsável pelo assassinato de João Pedro. Hoje, tal dia é lembrado como o dia da Luta contra a Violência no Campo e por Reforma Agrária.

De acordo com a teórica Ana Paula Romão (2008), Margarida Alves direcionou sua luta para os mais pobres, defendendo a sindicalização, carteira assinada e direitos trabalhistas para os cortadores da cana. Margarida influenciou a organização de mulheres e a presença atual das trabalhadoras rurais em cargos de direção, sendo ainda hoje inspiração para as mulheres que se organizam Brasil afora.

3.2. Diálogos feministas

Falar da organização das mulheres rurais na Paraíba remete-nos diretamente ao movimento de mulheres mais amplo e também ao movimento feminista. Como a professora Ana Paula Romão: “Entendo que toda a organização de mulheres camponesas na Paraíba, em sua pluralidade de experiências políticas, perpassou as mais variadas organizações campesinas (...): Ligas Camponesas, sindicatos rurais, comissões de centrais sindicais e partidárias, entre outras” (FERREIRA, 2010, p. 76). Mas ainda em questão suscitada pela mesma autora: Até que ponto as mulheres camponesas são reconhecidas como contribuintes do movimento mais geral de mulheres?

É sabido que a década de 1980 configurou-se como um caldo contra-hegemônico, palco dos mais diversos movimentos sociais. A Paraíba, por exemplo, foi palco de lutas no campo que já vinham das décadas anteriores e de resistências de mulheres que já se

inserir nos espaços sindicais e fundavam grupos como foram os grupos feministas. Há de se pensar, contudo, que esses espaços de luta construíram-se em íntima conexão.

O feminismo nascente se configurou como referência dos movimentos sociais de mulheres (FERREIRA, 2010). Grupos feministas como o Grupo de Mulheres de Campina Grande, Grupo Raízes e Grupo Maria Mulher realizavam assessoria direta com mulheres trabalhadoras rurais da região do Brejo. Posteriormente, a Cunhã Coletivo Feminista surgida em 1990 como reverberação dos grupos anteriores, ajudou a reestruturar o Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo após o acidente que vitimou a sindicalista Penha Nascimento e a socióloga Beth Lobo. Também foi importante a atuação do Centro da Mulher 8 de março, ONG surgida no mesmo ano.



Figura 1: Mapa com grupos feministas da Paraíba (década de 1980).

Historicamente desenvolveram-se poucos olhares para a compreensão da luta pela libertação das mulheres e o mesmo se desembocava, como vimos, nos chamados grupos de esquerda e suas ramificações, como eram o caso de sindicatos e partidos. Na Paraíba (e esse não é um episódio exclusivo nosso), o feminismo foi responsável por abrir muitas discussões de gênero dentro dos movimentos, partidos e da própria Central Única dos Trabalhadores (CUT). Pela assessoria dos grupos feministas, realização de oficinas, reuniões e participação em marcha e passeatas, estabeleceu-se um diálogo importante entre tais espaços, reverberando em uma atuação comum em prol da luta de mulheres no estado. Perspectiva que é corroborada por Ferreira:

Foi com o movimento feminista que as camponesas buscaram e buscam entender a sua realidade de opressões, já percebida no âmbito do trabalho e na esfera da vida privada. Tiveram cursos de formação feminista em suas organizações internas e contatos diretos com várias feministas, desde as primeiras organizações das mulheres camponesas, ainda na década de 1970 (FERREIRA, 2006, p. 50).



Figura 2: Militantes do Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo em oficina dentro do 1º Seminário de Direitos Sexuais e Reprodutivos, coordenado pela ONG Cunhã Coletivo Feminista (1992). Arquivo da Cunhã Coletivo Feminista.

Assim, sob um viés pró-feminista, as organizações de mulheres da Paraíba deixavam-se influenciar pelas feministas e as feministas tinham nas mulheres camponesas uma importante via de trabalho e discussões sobre relações de trabalho, violência contra a mulher, direitos previdenciários e trabalhistas dentre outras frentes de ação e reflexão.

Estudos de Paola Cappellin (1989), socióloga e pioneira do Grupo de Mulheres de Campina Grande, nos mostram que na década de 1980 era significativo o número de mulheres filiadas nos sindicatos e pertencentes às equipes diretivas, porém, destas, poucas chegavam a assumir cargos de chefia ou presidência. O espaço de luta terminava sendo um apêndice das relações domésticas em que a estrutura do machismo estava presente. Aos poucos, figuras como Margarida Maria Alves tomavam ampla projeção e causavam rebuliços nas estruturas postas, conforme citado. Assim, o feminismo começava a atravessar a vida e a prática dessas mulheres e influenciava a criação de setoriais como a própria setorial de mulheres do Partido dos Trabalhadores e da CUT.

Na década de 2000, como reverberação do trabalho de grupos feministas, pulverização de ONGs e atuações do movimento de mulheres, foi criada a Rede de Mulheres em Articulação na Paraíba, com o fito de agregar propostas e trabalhos com mulheres em sua diversidade de origem e atuação.

3.3. Panoramas contemporâneos

Os movimentos sociais são forças organizadas que geram criatividade e inovações socioculturais cujo passado dá sentido às lutas do presente. Sobre isso nos lembra Maria da Glória Gohn:

Os movimentos realizam diagnósticos sobre a realidade social, constroem propostas. Atuando em redes, constroem ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social. Constituem e desenvolvem o chamado *empowerment* de atores da sociedade civil organizada à medida que criam sujeitos sociais para essa atuação em rede. Tanto os movimentos sociais dos anos 1980 como os atuais têm construído representações simbólicas afirmativas por meio de discursos e práticas (GOHN, 2011, p. 336).

Em se tratando de feminismo, ele passou por um momento de institucionalização comum a vários outros movimentos na década de 1990. Foi a chamada “onguização” dos movimentos sociais. Para Cisne e Gurgel (2008), a emergência das ONGs deu-se em uma ofensiva neoliberal em que recursos não são mais destinados aos movimentos sociais e populares, mas agora a essas organizações, que se tornam “parceiras” na garantia dos direitos sociais. Nisso, o perigo da terceirização, da assessoria técnica sem compromissos reais com ideais libertários como uma adequação à “lógica de projetos”. As autoras nos alertam para esses perigos e ressaltam:

É importante destacar que as ONGs não são espaços homogêneos e que existem diferenciações de práticas e de orientação teórico-política entre elas. Contudo, apesar de reconhecermos a existência de diferenciações, importa-nos refletir sobre a sua contradição fundante, qual seja, o laço de dependência com o seu financiador, pondo em risco, muitas vezes, a perspectiva de autonomia e resistência radical ao capitalismo (CISNE; GURGEL, 2008, p. 76).

É sabido, contudo, o importante papel das ONGs no resgate do exercício da cidadania e no estancamento dos processos de exclusão (SOCZEK, 2007) visto também resistirem às capturas do estado neoliberal, promovendo com isso uma transformação da esfera pública nacional e um fortalecimento da sociedade civil organizada.

Participando das conferências nacionais da ONU durante a década de 1990, segundo Silva (2016), os feminismos se articularam no limiar dos anos 2000 no campo político dos movimentos sociais se organizando em torno da realização do Fórum Social Mundial – processo do movimento antiglobalização, que levantou a consigna de um outro mundo possível – e de campanhas contra a Aliança do Livre Comércio das Américas

(ALCA). Também aí foi realizada a Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras, criada a Plataforma Política Feminista e efetivadas as Conferências de Políticas para as Mulheres.

Na Paraíba, a partir da década de 1990 pulverizaram ONGs feministas como a Cunha Coletivo Feminista, Centro da Mulher 8 de Março, Bamidelê, Maria Quitéria e organizações movimentalistas como a Rede de Mulheres em Articulação na Paraíba. Também não foram poucos os grupos surgidos e a consolidação de outras formas de organização já presentes ao longo da trajetória de lutas das mulheres no estado. No interior, próximo à Campina Grande, o sindicalismo do Polo da Borborema viria consolidar uma atuação direta de homens e mulheres em prol da agroecologia e de mudanças nas diferenças de gênero na região.

3.3.1. O sindicalismo rural do Polo da Borborema

Embora as décadas de 60 e 70 tivessem favorecido a luta sindical e a reivindicação dos direitos do povo do campo, as décadas de 80 e 90 do século passado assistiram um esvaziamento em sua base associativa e perda de credibilidade de seus dirigentes. Afirmativa que não tem a intenção de ser generalizante, mas que se refere ao que ocorreu no interior da Paraíba, mais especificamente na região da Borborema. Em um caminho histórico, os sindicatos da região deixaram de ser apenas um balcão previdenciário e um consultório médico-odontológico e passaram a ser divulgadores e estimuladores do trabalho voltado àquela região (FREIRE et al, 2010; BASTOS, 2010).

Segundo consta em resumo executivo do recém-extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Território da Borborema abrange uma área 3.341,7 Km², constituído por 21 municípios: Alagoa Nova, Algodão de Jandaíra, Arara, Areia, Areial, Borborema, Campina Grande, Casserengue, Esperança, Lagoa Seca, Massaranduba., Matinhas, Montadas, Pilões, Puxinanã, Queimadas, Remígio, São Sebastião de Lagoa de Roça, Serra Redonda, Serraria e Solânea.



Figura 3: Territórios rurais do estado da Paraíba, com destaque para a Borborema.

A região, que engloba as microrregiões do Curimataú Ocidental, Curimataú Oriental, Esperança, Brejo Paraibano e Campina Grande, é palco de lutas do Polo da Borborema, rede composta pelos sindicatos rurais da região e associações de base agroecológica no território, que retoma e atualiza uma tradição de resistências sociais que se estruturaram como respostas ativas a conjunturas adversas à agricultura camponesa (FREIRE et al, 2010). Pode ser entendido como representante do chamado Novo Sindicalismo na região, que tem raízes nas comunidades eclesiais de base e em um olhar mais estrutural para as lutas sociais. Bastos considera que:

O Polo pode ser compreendido como um espaço político-organizativo, catalisador das demandas de um conjunto de organizações da agricultura familiar em volta de nosso padrão de desenvolvimento local. Consolidando assim, uma nova prática de atuação para o sindicalismo rural na região (BASTOS, 2010, p. 96).

No intento de fortalecer a agricultura familiar na região como resistência ao modelo hegemônico vigente, três sindicatos de trabalhadores rurais (Solânea, Remígio e Lagoa Seca), com assessoria da ONG AS-PTA começaram a buscar alternativas de mobilização e atuação direta, conectando suas pautas de luta ao sindicalismo nacional e às motivações concretas do território. Essa ação articulada permitiu a emergência do Polo Sindical e das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema, que aos poucos passou a se consolidar não só como um ator demandador de políticas públicas específicas, mas também como espaço político-organizativo unificado pró-agricultura familiar na região (FREIRE et al, 2010). Com o trabalho do Polo, “os sindicatos começaram a *sair de trás do birô*, onde se ocupavam essencialmente dos trâmites formais da previdência social, e passaram a se empenhar em iniciativas de desenvolvimento das comunidades de seus municípios” (SILVEIRA et al, 2007, p. 12, grifo do autor). O Polo realiza seus trabalhos a partir de comissões temáticas, como veremos, dentro das quais se destaca o trabalho com mulheres.

4. PELA VIDA DAS MULHERES E PELA AGROECOLOGIA: O FEMINISMO RURAL DA PARAÍBA

*“Não sou escrava, nem sou objeto
Para se fazer de mim o que bem quer
Não tenho dono, não sou propriedade
Eu quero liberdade, me deixa ser mulher*

*Eu quero ser, me deixa ser
O que mereço
Eu quero ser quem sou
Eu tenho meu valor
E este não tem preço”⁴.*

A região da Borborema, na Paraíba, vem assistindo uma verdadeira revolução nas maneiras de produzir, de lidar com a terra, de manejar criações, de reivindicar políticas públicas e lutar por igualdade. Revoluções micro-estruturais que começaram na década de 1990 com a criação do Polo da Borborema e início de um processo sistemático de experimentações e inovações pelas famílias agricultoras. Em 2002, porquanto, a partir da realização de um diagnóstico com mulheres agricultoras, se observou:

Em especial, a casa e o espaço do entorno (nomeado de arredor de casa) como as principais áreas de atuação e expressão de sua capacidade produtiva. Foram então identificadas as partes constituintes e as múltiplas funções do arredor de casa para o funcionamento produtivo e de cuidado da casa e da família. Também foram levantados os principais desafios para seu aprimoramento técnico e visibilidade social. Refletiram também sobre possíveis formas de superarem coletivamente os problemas por elas identificados (FREIRE, 2015, p. 06).

Desse diagnóstico e do surgimento de novas demandas, o Polo começou a constituir a Comissão de Saúde e Alimentação, que segundo Freire, a partir de então passou a funcionar como espaço de planejamento, execução e monitoramento das ações das experimentações e formações das agricultoras. Para Serrano (2014), a comissão de saúde e alimentação foi o espaço onde começaram a despontar reflexões sobre o trabalho das mulheres e as desigualdades de gênero que as atingem em sociedade, dentro inclusive dos próprios movimentos sociais. Valorizando a importância das mulheres para a manutenção da própria agricultura familiar, investiu-se na realização de encontros de intercâmbio, visando acima de tudo integrar essas mulheres sob a percepção de existirem entre elas problemas comuns a serem enfrentados. Sem a igualdade entre os gêneros, não haveria agroecologia, portanto.

⁴ Uma das canções entoadas nos encontros, formações e marchas das mulheres da Borborema. De autoria de Gilvanisa Maia, é distribuída em panfletos e cantadas em uníssono.

Nesse contexto de afirmação das mulheres camponesas como sujeitos políticos, foi construída em 2010 a primeira Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia, “ação direta dessas mulheres que vão às ruas mostrar seu trabalho no campo e pedir o fim das violências que sofrem todos os dias” (SERRANO, 2014, p. 67).

4.1. Mulheres e Agroecologia

A partir da máxima de que sem feminismo não há agroecologia, as mulheres vêm transformando os campos, os modos de produzir, se relacionar com a Natureza e as relações de gênero instauradas. Mas o que seria a agroecologia? A agroecologia é um movimento relativamente novo no Brasil que tem como pauta a sustentabilidade e segundo Siliprandi (2015), é encabeçado mormente por mulheres envolvidas com as propostas que tratam da saúde e alimentação das famílias. Embora isso não seja reconhecido, as mulheres vêm transformando suas vidas e seus mundos. A autora comenta que quando os empreendimentos começam a dar frutos, o comando dessas atividades logo voltam para as mãos dos homens. Isso se daria pelo modo como se organizam as relações familiares e de produção.

A relação entre movimentos de mulheres e movimentos ecológicos já se dão desde os diálogos contraculturais nos Estados Unidos e Europa, na segunda metade do século XX. Questionava-se um modelo civilizatório, que já dava provas de sua falência. Esses movimentos eles próprios, heterogêneos nas formas de pensar e de buscar as saídas para o novo século, criaram ramificações como foi o ecofeminismo, que para Castells (1999), é a defesa do princípio absoluto da Natureza como fundamento da libertação tanto do patriarcado como do industrialismo. O ecofeminismo reivindica, porquanto, que valores éticos como a empatia sejam válidos para toda a humanidade não somente para as mulheres.

É fato que as desigualdades das relações de gênero desembocam em discrepâncias de oportunidades e desvalorização do trabalho das mulheres. No caso da agricultura, as mulheres, responsáveis por boa parte do processo produtivo, têm seu trabalho entendido apenas como ajuda. Paulilo (1987) comenta que seria esse o peso do trabalho leve. Para quem, o que determina o valor da diária de trabalho é o sexo de quem a recebe. Em tom conclusivo: “o trabalho é ‘leve’ (e a remuneração é baixa) não por suas próprias características, mas pela posição que seus realizadores ocupam na hierarquia familiar” (Idem, p. 07).

Posição que é corroborada por Araújo (2008), ao estudar o trabalho de mulheres em assentamentos rurais de Baraúna, no Rio Grande do Norte. Para a autora, o trabalho no

roçado é desvalorizado por ser uma extensão do trabalho doméstico, do lar, reservando a condição de ajudantes para mãe e filhos/as. Diz:

O roçado é percebido como a área de trabalho em que são realizadas as tarefas que exigem mais força física. Portanto, é o espaço do homem. O espaço da casa, que se prolonga para os quintais e muitas vezes se confunde com o roçado, é da mulher, não considerado área de trabalho, em que são desenvolvidas atividades percebidas como mais leves e necessárias à reprodução da família (ARAÚJO, 2008, p. 66).

Como Siliprandi (2015), pensamos que a participação feminina nos processos de construção de um projeto agroecológico desestabiliza a ordem patriarcal, abrindo espaço para a mudança dos padrões de gênero, criando brechas. Mudanças já vêm sendo sentidas e espaços abertos, o que resulta em mais empoderamento econômico para as mulheres, mais participação pública e poder de decisão.

4.2. Margaridas em marcha

A partir da necessidade de reconhecimento do protagonismo feminino no campo, da luta em prol de um projeto de agroecologia e da igualdade entre homens e mulheres, é que as mulheres do Polo da Borborema marcham desde o ano de 2010, edição ocorrida no município de Remígio-PB. A última, do presente ano, foi realizada em Alagoa Nova-PB e contou com a participação de 5 mil mulheres. Sempre realizada no dia 08 de março, congrega mulheres dos diferentes municípios que integram o Polo da Borborema e que lutam dentre outras pautas:

- ✚ Em defesa da agroecologia como modelo de desenvolvimento rural;
- ✚ Pelo reconhecimento e afirmação do papel das mulheres na construção da segurança e da soberania alimentar;
- ✚ Pela defesa das sementes crioulas e adaptadas à realidade local e ao papel das agricultoras como guardiãs da biodiversidade;
- ✚ Pela democratização do acesso à água de qualidade para beber, cozinhar e produzir⁵.

Cada marcha é um verdadeiro acontecimento já esperado pelas mulheres agricultoras que pouco saem de casa ou dispõem de poucas opções de lazer, muitas vezes pelas insuficientes condições econômicas ou pelo machismo arraigado nas relações familiares. A marcha é um espaço político e também um ponto de encontro, de passeio, de diversão e

⁵ Vídeo-sistematização da VII Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia.

criação de uma identidade coletiva entre as mulheres. Todas de lilás, algumas com margaridas na mão em alusão à sindicalista Margarida Maria Alves, segurando cartazes e faixas, gritando palavras de ordem ou canções, as mulheres em marcha apresentam coragem para enfrentar as mais diferentes intempéries da vida. Vemos então a constituição de uma verdadeira estética do movimento.



Figura 4: Uma estética do movimento. Mulheres na VIII edição da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia (2017). Arquivo da autora.

Graça Santos, agricultora do Sítio Manguape, município de São Sebastião de Lagoa de Roça, próximo município a sediar a marcha, assim fala sobre a importância da marcha em sua trajetória e para a vida das mulheres:

É conhecimento, é lutar pelos meus direitos, né. Não só meu, mas de todas as mulheres que estão lá porque a gente está nessa luta e ainda vê tanta coisa difícil, a gente fica até meio... A gente tem que continuar na luta para pelo menos diminuir, por exemplo, a violência contra a mulher. E também essa mania das pessoas usarem veneno, eu mesma sou das que mais luta contra esse uso, não uso veneno em nada e também o reflorestamento, desmatamento, é uma luta muito grande das mulheres. A gente vai lá, mas não é para passear não, para bater perna, mas a gente vai para lá para lutar não é só por mim é por você também e para quem vem depois da gente para que as coisas melhorem, porque tem sido muito difícil (Graça Santos, entrevista concedida à autora em: 25 ago. 2017).

Vemos um sentimento de pertencimento e de vontade de transformação presente no relato acima. Graça me recebeu em seu sítio em uma tarde de sexta-feira e me falou sobre sua trajetória, das dificuldades, da ida para o Sudeste em busca de melhorias condições de

vida, da sua atuação como presidente da associação comunitária da localidade, da dificuldade em criar os filhos em uma sociedade que discrimina a mulher solteira, pobre e negra. Contou-me sobre sua produção, sobre sua participação na feira agroecológica local e da importância da agroecologia para sua vida e a vida dos seus. Relatou estar ansiosa para colaborar na construção da próxima edição do evento. Que não é um acontecimento restrito ao dia de sua realização como nos fala Freire:

Cada edição da Marcha é precedida por um intenso processo de sensibilização e formação das mulheres, mas também dos homens do movimento e da equipe de assessoria. São realizados encontros de mulheres nos 14 municípios que fazem parte do Polo da Borborema e, a cada ano, é trabalhada uma metodologia voltada a desnaturalizar as amarras culturais que determinam as desigualdades sociais entre os sexos. Há ainda o estímulo para que novos encontros e conversas aconteçam em seus grupos de fundos rotativos, beneficiamento, associação comunitária o mesmo entre vizinhas. Foram distribuídas mil cópias do vídeo A vida de Margarida, a fim de que as mulheres tivessem autonomia para animar os novos debates. Esse momento preparatório também é repetido nos demais espaços organizativos do Polo, reunindo um público misto das equipes técnicas do Polo da Borborema e da AS-PTA. Nessas ocasiões, há fortes testemunhos ora carregados de dor, ora de alegria pela superação da violência. Dessa forma, a superação das desigualdades e da violência não é mais vista como uma questão só das mulheres, tornou-se uma questão de justiça social, uma ação política dos sindicatos (FREIRE, 2015, p. 12).

Rosileide Gomes, tesoureira do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa de Roça, compõe a comissão de saúde e alimentação do Polo. Leidinha do Sindicato, como é mais conhecida, é sindicalista desde 1986, já ocupou a presidência do mesmo STR e foi candidata à vereadora no último pleito municipal pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT). Organiza as mulheres do município, agendando encontros e reuniões e incentivando a participação coletiva das mesmas. Sobre a marcha, sistematiza:

A marcha é um momento de denunciar mesmo as violências que as mulheres estão sofrendo, por isso que no dia 08 de março estaremos aqui em Lagoa de Roça e com certeza pretendemos colocar de 5 a 6 mil mulheres na rua e a gente fala mulheres, mas os homens também estão no meio, mas que a maioria é mulheres. Estaremos em jovens, mulheres, todos lutando por um só objetivo que é uma vida melhor, uma vida saudável, principalmente que é esses agrotóxicos que estão aí matando a cada dia. A gente vê tantas pessoas se acabando por uma coisa que a gente não sabe o que é. Se come um alface está cheio de veneno, se come uma tomate tem veneno. A marcha é um desses momentos de incentivar as pessoas a plantarem produtos agroecológicos e o nosso tema da marcha é o grito que nós damos todos os anos que é pela vida das mulheres e pela agroecologia. Essa é uma palavra muito bonita que estamos sempre dizendo e não esquecendo de Margarida Maria Alves, que a gente se inspira nela tanto na Marcha das Margaridas quanto na marcha das mulheres do Polo. Nosso símbolo é Margarida Maria Alves (...). Hoje com a marcha, as mulheres estão se libertando, ocupando o mercado, a política,

tirando seu próprio sustento, que estão nas feiras das mulheres. Eu acho que hoje temos mulheres que realmente estão dando a volta por cima e ocupando seu lugar que é seu por direito (Rosileide Gomes, entrevista concedida à autora em: 26 ago. 2017).

Há referências dentro das atividades das marchas à Marcha das Margaridas ocorrida desde o ano de 2000, em Brasília-DF. Podemos afirmar que a Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia está para o local como a Marcha das Margaridas está para o nacional, esta considerada o maior evento de mulheres da América Latina. Sendo a maior manifestação de mulheres da América Latina, a marcha levanta bandeiras como a do desenvolvimento sustentável, do feminismo e da igualdade de direitos. O tema da última edição, realizada em 2015 foi “Margaridas seguem em marcha por desenvolvimento sustentável com democracia, justiça, autonomia, igualdade e liberdade”. As três mulheres entrevistadas nesta pesquisa já participaram de edições da marcha. Célia Souza de Assis (Dona Célia), por exemplo, nos conta com satisfação sobre sua participação no movimento:

Foi uma coisa muito boa. Eu já viajei muito daqui para o Rio, mas que nem a Marcha das Margaridas tá na história! Uma viagem muito boa, o ônibus com cinquenta mulheres, uma viagem muito bem aproveitada, o povo simpático, muito unido porque reunir muita gente e saiu uma viagem boa, sem problemas, sem discussão e lá foi muito bom também. Todo mundo junto, fizemos uma marcha lá de onde a gente estava no Estádio Manoel Garrincha até lá. (...) Foi a primeira vez que participei e gostei muito porque eu acho que se a gente não fizer esses movimentos, cada vez mais só faz piorar. Porque acontece muitas coisas, mas se a gente faz os movimentos para as mulheres saírem da caçapa que nem as borboletas que fazem o casulo, muitas ficam ali dentro e eu acho que é isso é importante... Acordar um pouco. (...) É muito importante para todas nós abrir os olhos, ver as coisas diferentes porque tem muita violência e muitas mulheres apanham muito e ficam caladas. Eu acho isso uma injustiça, a mulher apanhar por nada, o marido botar um cabresto na mulher e ela baixar a cabeça, ficar ali calada. A mulher não é boi para ficar na corda presa, ela tem o direito de ir e vir (Dona Célia, entrevista concedida à autora em: 05 set. 2017).

Da fala de Dona Célia, vemos a associação do empoderar-se com elementos da Natureza: a metamorfose da borboleta, o ato de sair do casulo e do gado limitado, preso à corda. Daí antevemos a significação do movimento de mulheres para ela: um exercício libertador. A mesma nos conta do machismo presente na sua criação, rememora: “meu pai não deixava ir para lugar nenhum” (Dona Célia, entrevista concedida à autora em: 05 set. 2017).

O ato de lembrar é entendido nesse trabalho como um exercício de lapidação, como coloca Ecléa Bosi (1994). Para quem, “uma lembrança é um diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito. Sem o trabalho da reflexão e da localização, ela seria uma imagem

fugidia” (Idem, p. 21). Logo, a categoria da memória é cara a nosso fiar. Narrando a si, Dona Célia constitui sua identidade, fazendo um balanço das mudanças a que passou durante sua vida, que se faz no presente.



Figura 5: Leidinha do Sindicato e Dona Célia na VII Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia (2016), realizada no município de Areial/PB. Arquivo da autora.

Como Serrano (2014), afirmamos que a Marcha reflete uma experiência histórica de luta de mulheres no estado da Paraíba. “Trata-se do reconhecimento de si na outra e de um processo em que a partir da troca de experiências é possível tirar as relações de opressão da normalidade, além de encontrar estímulo para se libertar delas” (Idem, p. 100-101). Percebemos isso na fala das nossas interlocutoras. Tais processos influenciaram inclusive em uma mudança de postura dessas mulheres com relação à vida e a elas próprias.

Principalmente a gente da zona rural a gente sabe que existe muito machismo, muito calado porque as mulheres às vezes não falam tudo, aguentam caladas, mas sabemos que existe o machismo e tanta coisa. Eu acho que se juntarmos todas as mulheres e participarem mais, porque você vai hoje uma reunião e passa dois anos sem ir você não vai ter aquela coisa de lutar, que mesmo lutando a gente sabe as dificuldades que a gente enfrenta e se a gente parar e não fizer nada?! Fica pior. (...) Tem coisas que antigamente eu ficava calada, coisas dentro de casa, do cotidiano e hoje a gente já amadurece mais a mente e mais uma vez, o conhecimento. A gente adquire muito conhecimento, muita experiência, como a gente é contra usar o veneno, essas coisas assim, a gente já sabe que não é bom não usar se não 100% pelo menos 70% já é uma coisa boa porque hoje eu posso cultivar meus produtos consciente daquilo que eu levo para a minha mesa, do que eu levo para a mesa de alguém, eu tenho consciência porque eu garanto. Você leva, se tiver veneno pode me processar (*Risos*). Eu sei que não tem e isso eu já aprendi depois disso,

porque antes eu morando na cidade eu sempre fui igual lagarta por verdura, mas eu não tinha nem ideia que estava comendo tanto veneno, tanta coisa e hoje eu tenho consciência. Tudo isso eu aprendi depois que eu me envolvi com essas pessoas do Polo, do sindicato, da EMATER que é uma referência boa. Então eu acho que para mim foi um avanço muito grande, foi muito bom. E antes eu não sentava para conversar com você falando um monte de coisa, hoje em qualquer lugar que eu chegar eu vou falar. Me melhorei (Graça Santos, entrevista concedida à autora em: 25 ago. 2017).

Sob o viés da transformação, a Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia se constitui enquanto um processo formativo plural e político compromissado com a mudança das relações de gênero e com um projeto de agroecologia no território da Borborema.

Eu digo a você que não é uma reunião nem outra, são várias. São reuniões com as lideranças, com as mulheres nas comunidades, porque não adianta a gente chamar as mulheres para a marcha sem ela conhecer aquilo ali, porque muitas vão para passear, para conhecer o município. Tem que levar o conhecimento, perguntar o que a marcha significa, porque as mulheres também estão em processo de construção da marcha, os homens também e que bom que eles estão acordando (Rosileide Gomes, entrevista concedida à autora em: 26 ago. 2017).

Coadunando com Serrano (2014), enxergamos tal processo formativo como um processo com sustentação na educação popular que visa, portanto, contribuir com a (trans)formação de homens e mulheres sob um projeto de emancipação que desemboca na realização das marchas, mas que não se restringem a ela. Assim, o Polo se configura como um território agroecológico e também feminista cujas raízes apontam para um histórico de lutas de mulheres no estado da Paraíba.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estado da Paraíba, celeiro de microrrevoluções compromissadas com a justiça social, aponta para a efervescência histórica de mulheres no campo, luta que tem raízes no protagonismo de figuras como Elizabeth Teixeira, Margarida Maria Alves, Penha Nascimento e outras. Essas mulheres inspiraram movimentos de mulheres camponesas, que logo encontraram as pautas do feminismo e se retroalimentaram em um exercício contínuo que vem até à contemporaneidade.

O feminismo, entendido como movimento social e postura política, é plural e se estruturou no Brasil no período pós-luta armada, na década de 1980. Importante salientar que os primeiros grupos da chamada segunda onda emergiram nas diferentes regiões de forma quase simultânea. Na Paraíba, os primeiros grupos datam de 1979 e 1982, respectivamente. Sendo eles o Grupo Maria Mulher e o Grupo de Mulheres de Campina Grande. Tais grupos trabalhavam a partir dos chamados grupos de autoconsciência e realizavam assessorias diretas nas periferias das cidades de Campina Grande e João Pessoa e aos sindicatos e movimentos de resistência no campo.

Como vimos, a partir da década de 1990, a região da Borborema foi palco de mudanças nas formas de fazer sindicalismo e de se fazer agricultura familiar. Sob assessoria da ONG AS-PTA, formou-se uma rede de sindicatos rurais e organizações comunitárias de base agroecológica sob o nome de Polo Sindical da Borborema. Condutor de lutas na região, o Polo se organiza em torno de comissões temáticas, dentre as quais está a de saúde e alimentação da qual emana o trabalho com mulheres agricultoras. Mulheres estas que veem fazendo uma verdadeira revolução feminina na região sob a luta pela vida das mulheres e pela consolidação de um projeto de agroecologia no território. Tais mulheres produzem e compartilham histórias a partir de seus quintais produtivos e experiências de inovação e se agregam em torno dos STRs locais, se aglutinando em torno de um movimento maior que é a marcha das mulheres do Polo, realizada anualmente.

Mais do que uma passeata, a marcha é um processo formativo com atividades constantes e interligadas aos trabalhos das outras comissões temáticas, como é o trabalho com a juventude, e já caminha para sua 9ª edição. A expectativa é que a próxima, a ser realizada no município de São Sebastião de Lagoa de Roça, congregue cerca de 6 mil mulheres sob as pautas da soberania alimentar, preservação das sementes crioulas, igualdade de gênero, fim da violência no campo, fim da cultura do estupro, contra a reforma da previdência e pela manutenção do Estado de direito.

Como apontam Ferreira e Siliprandi (2015), pelo estudo realizado e pela fala das mulheres, observamos que:

Nessa convergência entre o feminismo e a Agroecologia, portanto, as mulheres encontraram espaços para a desconstrução das bases insustentáveis do modelo de poder instituído, não somente do ponto de vista ecológico e político, mas também social, incluindo a busca da equidade nas relações de gênero (FERREIRA; SILIPRANDI, 2015, p. 59).

Assim, pelo histórico de lutas e conexões recentes do feminismo com o movimento sindical e agroecológico, afirmamos existir um feminismo que parte do campo na Paraíba. Tal assertiva coloca em xeque a própria historiografia da área de modo mais amplo, que reforça a existência de um movimento feminista urbano, branco e escolarizado, sendo essa ainda a memória oficial que se perpetua. Estamos cientes também que esse trabalho em sua brevidade, não se encerra aqui, mas talvez seja um pontapé para pesquisas ou continuidades ao que foi aqui elaborado.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Cédina Maria de. A invisibilidade do trabalho das mulheres na produção em assentamentos rurais de Baraúna/RN. In: **Mulheres e desigualdades de gênero**. Marília Pinto de Carvalho; Regina Pahim Pinto (Orgs.). São Paulo: Contexto, 2008.

ÁVILA, Maria Betânia. Feminismo, cidadania e transformação social. In: _____ [et al]. **Textos e Imagens do Feminismo**: mulheres construindo a igualdade. Recife: SOS Corpo, 2001.

BASTOS, Valério Veríssimo de Souza. Uma nova prática de ação sindical: o caso do Polo Sindical da Borborema – Paraíba. 2010. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande/PB.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CASTELLS, Manuel. O “verdejar” do ser: o movimento ambientalista. **O poder da identidade**. Tradução de Klaus Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999 (volume 2).

CISNE, Mirla; GURGEL, Telma. Feminismo, Estado e políticas públicas: desafios em tempos neoliberais para a autonomia das mulheres. **SER Social**, Brasília, v. 10, n. 22, 2008. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/download/18/15>. Acesso em: 09 mar. 2017.

COSTA, Ana Alice Costa. Feminismo e Estado no Brasil: um feliz casamento? Seminário Internacional Fazendo Gênero, 8, 2008, Florianópolis/SC: **Anais...** Disponível em: <[http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST62/Ana Alice Alcantara Costa 62.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST62/Ana%20Alice%20Alcantara%20Costa%2062.pdf)>. Acesso em: 09 mar. 2017.

FERREIRA, Ana Paula Lopes; SILIPRANDI, Emma. A importância da dimensão econômica do trabalho organizativo com mulheres rurais no Sertão do Pajeú (PE). **Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 4, dez. 2015.

FERREIRA, Ana Paula Romão de S. **Margarida, margaridas**: Memória de Margarida Maria Alves (1933-1983) através das práticas educativas das Margaridas. João Pessoa: EDUFPB, 2006.

_____. Margarida, margaridas e a pedagogia do feminino: memória de lutas de Margarida Maria Alves (1933-1983). In: **Mulheres e desigualdades de gênero**. Marília Pinto de Carvalho; Regina Pahim Pinto (Orgs.). São Paulo: Contexto, 2008.

_____. A trajetória político-educativa de Margarida Maria Alves: entre o novo e o velho sindicalismo rural. 2010. **Tese** (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

FERREIRA, Mary. Feminismos no Nordeste brasileiro: histórias, memórias e práticas políticas. **Polis** – Revista de la Universidad Bolivariana, Santiago, n. 28, vol. 10, 2011. Disponível em: <<http://polis.revues.org/1352>>. Acesso em: 22 mai. 2014.

FREIRE, Adriana Galvão; SILVEIRA, Luciano Marçal da; DINIZ, Paulo César O. Polo da Borborema: ator contemporâneo das lutas camponesas pelo território. **Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, mar. 2010.

_____. Pela vida das mulheres e pela agroecologia: Agricultoras da Borborema reescrevem suas histórias. **Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 4, dez. 2015.

GIULIANI, Paola Cappellin. Silenciosas e combativas: as contribuições das mulheres na estrutura sindical do Nordeste, 1976/1986. In: Albertina de Oliveira Costa; Cristina Bruschini (orgs.). **Rebeldia e submissão**: estudos sobre a condição feminina. São Paulo: Ed. Vertice/Fundação Carlos Chagas, 1989.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 47, v. 16, mai-ago. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2017.

LEITE, Rosalina Santa Cruz; TELES, Amelinha. **Da guerrilha à imprensa feminista**: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980). Prefácio de Margareth Rago. São Paulo: Intermeios, 2013.

MCLAREN, Margaret A. **Foucault, feminismo e subjetividade**. Tradução de Newton Milanez. São Paulo: Intermeios, 2016.

PAULILO, Maria Ignez. O peso do trabalho leve. **Ciência Hoje**. v. 5, n. 28, jan/fev. 1987.

_____. Que feminismo é esse que nasce da horta? **Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 15, edição especial, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/21757984.2016v15nesp1p296/33805>>. Acesso em: 19 ago. 2017.

PEDRO, Joana Maria. O feminismo de “segunda onda”: corpo, prazer e trabalho. In: **Nova História das Mulheres no Brasil**. Carla B. Pinzsky; _____ (Orgs.). São Paulo: Contexto, 2013.

RAGO, Luzia Margareth. Os feminismos no Brasil: dos ‘anos de chumbo’ à era global. **Labrys** – Revista de Estudos Feministas, Brasília/Montreal/Paris, n. 03, 2003. Disponível em: <<http://www.tanianavarrosain.com.br/labrys/labrys3/web/bras/marga1.htm>>. Acesso: 15 jul. 2014.

_____. Prefácio. In: **Da guerrilha à imprensa feminista**: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980). Rosalina Santa Cruz Leite; Amelinha Teles (Orgs.). São Paulo: Intermeios, 2013.

RANGEL, Maria do Socorro. Medo da morte, esperança de vida: a história das Ligas Camponesas da Paraíba. 2000. **Dissertação** (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP.

SARTI, Cynthia A. O início do feminismo no Brasil: o que ficou escondido. Congresso Internacional da LASA, 21, Chicago, 1998. **Anais...** Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lasa98/Sarti.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2016.

SERRANO, Julia Scaglioni. Mulheres da Borborema construindo a agroecologia e a igualdade de gênero. 2014. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Agrárias – Agroecologia) - Centro de Ciências Humanas Sociais e Agrárias, Universidade Federal da Paraíba, Bananeiras/PB.

SILIPANDRI, Emma. **Mulheres e agroecologia**: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

SILVA, Alômia Abrantes da. Paraíba Mulher–Macho: Tessituras de gênero, (desa)fiões da história. 2008. **Tese** (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

SILVA, Carmen Silvia Maria da. Os sentidos da ação educativa no feminismo. In: _____. (org.). **Experiências em pedagogia feminista**. Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, 2010.

_____. Movimento de mulheres, movimento feminista e participação de mulheres populares: processo de constituição de um feminismo antissistêmico e popular. 2016. **Tese** (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

SILVEIRA, Luciano; VICTOR, Roselita; ANACLETO, Nelson. Saindo de trás do birô: a reconstrução do movimento sindical no agreste da Paraíba. **Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, jul. 2007.

SOARES, Vera Lucia Lemos. Muitas faces do feminismo no Brasil. In: BORBA, Ângela [et al.] (orgs.). **Mulher e Política**: Gênero e Feminismo no Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Abreu Abramo, 1998.

SCHUMACHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital (orgs.). **Dicionário mulheres do Brasil**: de 1500 até a atualidade – biográfico e ilustrado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SWAIN, Tânia Navarro. A história é sexuada. In: Luzia Margareth Rago; Ana Carolina A. de Toledo Murgel (orgs.). **Paisagens e tramas**: o gênero entre a história e a arte. São Paulo: Intermeios, 2013.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. Tradução: Vera Ribeiro. São Paulo: Círculo do Livro, 1990.

FONTES CONSULTADAS

ENTREVISTAS

SOBREIRA, Dayane Nascimento. **Célia Souza de Assis**. Entrevista concedida à autora em: 05 set. 2017. (36 min).

_____. **Maria das Graças dos Santos**. Entrevista concedida à autora em: 25 ago. 2017. (49 min).

_____. **Rosileide Ferreira Gomes da Silva**. Entrevista concedida à autora em: 26 ago. 2017 (1 h e 07 min).

VÍDEOS

O polo. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=w-u8EiXdxM>>. Acesso em: 08 abr. 2017.

Relato/sistematização da 4ª Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia (Solânea/PB, 2013). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=GGwPg42sFIA>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

Relato/sistematização da 5ª Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia (Massaranduba/PB, 2014). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hR4N4NCDriQ>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

Relato/sistematização da 6ª Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia (Lagoa Seca/PB, 2015). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JHaDv_1vcqo>. Acesso em: 21 nov. 2017.

Relato/sistematização da 7ª Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia (Areial/PB, 2016). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wD7IKMmMuHI>>. Acesso em: 19 ago. 2017.

Relato/sistematização da 8ª Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia (Alagoa Nova/PB, 2017). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=46UefHQmTfs>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

APÊNDICE - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

1. Fale um pouco sobre sua história de vida: onde nasceu, se é casada, com quem mora, o que faz.
2. Como se deu sua aproximação com o Polo da Borborema?
3. Você já participou da Marcha das Margaridas? Se sim, como foi?
4. Fale um pouco sobre a sua experiência na Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia.
5. Quais as expectativas para a próxima, a ser realizada no município de Lagoa de Roça?
6. Você se considera feminista?

ANEXOS



Folders anunciando a 8ª Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia, realizada em Alagoa Nova/PB (2017). Fonte: Facebook da AS-PTA Agroecologia.



Concentração (1) e passeata (2) da 7ª Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia, realizada em Areial/PB (2016). Fonte: Facebook da AS-PTA Agroecologia.